

Prevalência de automedicação para COVID-19 entre adultos jovens durante a pandemia no Brasil

Prevalence of self-medication for COVID-19 among young adults during the pandemic in Brazil

Prevalencia de automedicación para COVID-19 en adultos jóvenes durante la pandemia en Brasil

Recebido: 04/05/2022 | Revisado: 11/05/2022 | Aceito: 19/05/2022 | Publicado: 24/05/2022

Natália Wirowski

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9695-2038>

Universidade Católica de Pelotas, Brasil

E-mail: nataliawirowski99@gmail.com

Cauane da Silva Melo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5141-0884>

Universidade Católica de Pelotas, Brasil

E-mail: cauane23@gmail.com

Igor Soares Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3263-8397>

Centro Universitário Estácio de Sergipe, Brasil

E-mail: igosv@hotmail.com

Fernanda Pedrotti Moreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3672-7231>

Universidade Católica de Pelotas, Brasil

E-mail: fepedrotti@gmail.com

Resumo

O objetivo do estudo é mensurar a prevalência da automedicação para COVID-19 e fatores associados entre adultos jovens durante a pandemia no Brasil. Trata-se de um estudo transversal envolvendo adultos jovens entre a faixa etária de 18 e 35 anos, que residem no Brasil durante o período de pandemia da COVID-19, conduzido através de questionários online, disponibilizados pelas redes sociais. Os resultados demonstram que a automedicação para COVID-19 foi feita por 32,7% dos participantes, tendo maior frequência no sexo feminino (50,9%), pessoas entre 27-35 anos (44,7%) e solteiras (57,0%). O medicamento mais usado para automedicação foi o paracetamol (55,3%). Os participantes relataram que o sintoma que mais levou à automedicação foi a dor de cabeça (62,5%), o maior motivo para automedicação foi a prevenção de COVID-19 (36,8%), sendo a principal razão já ter o medicamento em casa (65,8%). A porcentagem de automedicação encontrada foi expressiva, aumentando a chance de reações adversas aos medicamentos. Portanto, condutas de educação em saúde e uso racional de medicamentos são medidas relevantes.

Palavras-chave: Prevalência; Automedicação; COVID-19; Brasil; Uso de medicamentos; SARS-CoV-2.

Abstract

The objective of the study is to measure the prevalence of self-medication for COVID-19 and associated factors among young adults during the pandemic in Brazil. This is a cross-sectional study involving young adults between the ages of 18 and 35, residing in Brazil during the COVID-19 pandemic period, conducted through online questionnaires, available through social networks. The results show that self-medication for COVID-19 was performed by 32.7% of the participants, with higher frequency in females (50.9%), people aged between 27-35 years (44.7%) and singles (57, 0%). The most used medication for self-medication was paracetamol (55.3%). The participants reported that the symptom that most led to self-medication was headache (62.5%), the main reason for self-medication was the prevention of COVID-19 (36.8%), the main motive being that they already had the medication at home (65.8%). The percentage of self-medication found was significant, increasing the chance of side effects. Therefore, health education conducts and rational use of medications are relevant measures.

Keywords: Prevalence; Self-medication; COVID-19; Brazil; Medication use; SARS-CoV-2.

Resumen

El objetivo del estudio es medir la prevalencia de automedicación para COVID-19 y factores asociados entre adultos jóvenes durante la pandemia en Brasil. Se trata de un estudio transversal con adultos jóvenes entre 18 y 35 años, residentes en Brasil durante el período de la pandemia de COVID-19, realizado a través de cuestionarios en línea, disponibles en redes sociales. Los resultados muestran que la automedicación para la COVID-19 fue realizada por 32,7% de los participantes, con mayor frecuencia en el sexo femenino (50,9%), personas entre 27-35 años (44,7%) y solteros (57,0%). El fármaco más utilizado para la automedicación fue el paracetamol (55,3%). Los participantes relataron que el síntoma que más condujo a la automedicación fue el dolor de cabeza (62,5%), la razón más grande de

automedicação fue la prevención del COVID-19 (36,8%), siendo el principal motivo que ya tenían la medicación en casa (65,8%). El porcentaje de automedicação encontrado fue significativo, aumentando la posibilidad de efectos colaterales. Por lo tanto, las conductas de educación para la salud y el uso racional de los medicamentos son medidas relevantes.

Palabras clave: Prevalencia; Automedicação; COVID-19; Brasil; Uso de medicamentos; SARS-CoV-2.

1. Introdução

No dia 11 de março de 2020 foi declarada a pandemia de COVID-19, uma doença causada pelo SARS-CoV-2 (World Health Organization [WHO], 2020). Sua transmissão ocorre de pessoa para pessoa, principalmente por gotículas na tosse ou expiração de uma pessoa infectada. Em grande parte dos casos são desenvolvidos sintomas leves, como dores de cabeça ou na garganta, congestão nasal, tosse e coriza. A automedicação não é recomendada para o manejo da COVID-19 (WHO, 2021).

Após a declaração da pandemia de COVID-19, a pesquisa por informações de cuidado em saúde aumentou, e, consequentemente, a procura pela automedicação também (Onchonga, 2020). Estudos no Peru e Togo que avaliaram a prevalência de automedicação durante a pandemia na população de seus países chegaram à porcentagem de 33,4% e 34,2%, respectivamente (Quispe-cañari et al., 2021; Sadio et al., 2021). Os possíveis riscos da automedicação podem passar despercebidos durante a pandemia, porém, precisam ser tratados como um problema de saúde relevante. Logo, a educação em saúde deve ser exercida pelos profissionais de saúde e a população necessita ser esclarecida sobre os danos potenciais da automedicação (Onchonga et al., 2020).

A pandemia de COVID-19 colocou o Brasil em uma situação de incertezas e vulnerabilidade, devido à rápida transmissão do vírus e falta de investimentos em pesquisa e saúde em um país subdesenvolvido com grande desigualdade social (Werneck & Carvalho, 2020). Nesse contexto de urgência, a população está suscetível à propagação de dados falsos, na esperança de encontrar uma cura ou prevenção para a doença, agravando o problema da automedicação (Tejada & Medina-Neira, 2020).

A prática da automedicação é recorrente especialmente em países subdesenvolvidos, devido a fatores econômicos e sociais (Parulekar et al., 2016). Estudos avaliando a prevalência no Brasil encontraram porcentagens de 14,9% a 78,4% (Arrais et al., 2016; Barros et al., 2019; Domingues et al., 2017; Gama & Secoli, 2017; Gonçalves júnior et al., 2018; Moreira et al., 2020; Pons et al., 2017). A maior parte dos medicamentos utilizados são medicamentos isentos de prescrição, mas, isso não significa que eles são inofensivos. Por consequência, administradores e profissionais de saúde devem estar atentos ao seu uso, porque efeitos colaterais e intoxicações podem ser um problema de saúde pública. Levando isso em consideração, o Ministério da Saúde brasileiro deve promover o uso racional de medicamentos, e esclarecer os profissionais de saúde sobre seus aspectos (Arrais et al., 2016).

A automedicação é comum no Brasil e está relacionada ao uso anterior do medicamento, sendo mais prevalente em mulheres adultas jovens. Uma fração considerável de pessoas engaja continuamente nesta prática, dessa forma, as campanhas de conscientização de automedicação não devem focar em somente apresentar os seus danos, como também é sugerido que tenham em vista um esclarecimento, desejando um uso seguro (Pons et al., 2017).

O aumento da prática de automedicação agrava a chance de reações adversas aos medicamentos, portanto, estudos no contexto da pandemia sobre os padrões da automedicação e suas consequências são indispensáveis (Gras et al., 2021). Tendo isso em vista, o objetivo do estudo é mensurar a prevalência da automedicação para COVID-19 e fatores associados entre adultos jovens durante a pandemia no Brasil.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo transversal com adultos jovens (18 a 35 anos) que residiam no Brasil durante o período da

pandemia da COVID-19. A captação da amostra foi não probabilística, uma vez que coleta de dados foi realizada através do envio de um questionário online elaborado no Google Forms através de redes sociais como WhatsApp, Facebook, Instagram e Reddit. O tempo disponível para respostas foi de 15 de julho de 2021 a 14 de setembro de 2021.

O questionário era composto em sua maioria por questões fechadas que se dividiam em duas partes: primeiro, perguntas sobre as características sociodemográficas (sexo, idade, situação conjugal, cor de pele, escolaridade, em qual estado do país reside, situação e área de trabalho) e secundamente, questões relacionadas à automedicação: presença de automedicação para COVID-19, medicamento utilizado e seu modo de obtenção dos medicamentos, razões e motivo para automedicação, sintomas e relato de alívio.

As informações sobre a automedicação foram captadas através das seguintes perguntas: “Você utilizou medicamentos sem orientação médica para tratar sintomas ou prevenir COVID-19 durante o período da pandemia?”, “Selecione abaixo o(s) medicamento(s) que você utilizou sem orientação médica”, “Algum desses fatores foi uma razão para tomar remédio sem obter a prescrição médica?”, “Como você conseguiu os medicamentos que tomou sem prescrição médica?”, “Qual foi seu motivo para fazer uso de medicação sem prescrição médica?”, “Como você conseguiu os medicamentos que tomou sem prescrição médica?”, “Selecione abaixo quais os sintomas que levaram você a tomar medicamento”, “Após o uso do medicamento, você sentiu alívio dos sintomas?”. As opções fechadas foram baseadas na leitura de artigos previamente publicados e, nas questões sobre quais medicamentos e sintomas, havia um espaço aberto para o indivíduo digitar sua resposta, caso não se encontrasse nas opções.

Seguidamente, foi elaborada automaticamente uma planilha com dados da amostra no programa Excel. Este documento foi transformado para um arquivo compatível com o software SPSS 26, no qual foram conduzidas as análises estatísticas. A descrição das variáveis categóricas foi apresentada em frequências absolutas e relativas. Para as análises bivariadas com desfecho categórico, foi utilizado o teste qui-quadrado. Em todas as análises foi assumido um nível de significância de $p < 0,05$.

O cálculo de tamanho de amostra foi feito no site Open Source Epidemiologic Statistics for Public Health (OpenEpi). Baseado no estudo de Sadio et al. (2021), foi considerado uma frequência antecipada de 34,2% de automedicação para sintomas e prevenção de COVID-19 durante a pandemia, o tamanho da população foi 1.000.000, o nível de confiança utilizado foi 95%, precisão absoluta 5%, resultando em 345 participantes para a realização do estudo. Após o fechamento do questionário, foram obtidas 349 respostas.

Conforme a Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), esta pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da instituição do estudo – Parecer nº 4.765.488 e Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 46802721.1.0000.5339. Todos os participantes assinalaram voluntariamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível na primeira sessão do questionário online. Somente após consentimento online do TCLE era possível visualizar o questionário do estudo.

3. Resultados

A prevalência de automedicação foi de 32,7% (n=114). Entre os praticantes de automedicação, a maioria era do sexo feminino (50,9% n=58), tinham entre 27 e 35 anos (44,7% n=51), possuíam cor de pele branca (56,1% n=64), estavam trabalhando (72,8% n=83) fora da área da saúde (79,5% n=66) e eram solteiros (57,0% n=65). Há diferença estatística nestas características sociodemográficas ($p < 0,05$), conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1 - Presença de automedicação entre os adultos jovens no Brasil durante a pandemia relacionada com as variáveis sociodemográficas. (n = 349)

Variáveis	Amostra total n (%)	Automedicação		Valor p*
		Sim n (%)	Não n (%)	
Sexo				<0,001
Feminino	238 (68,2)	58 (50,9)	180 (76,6)	
Masculino	111 (31,8)	56 (49,1)	55 (23,4)	
Idade				0,003
18-21	91 (26,1)	23 (20,2)	68 (28,9)	
22-26	145 (41,5)	40 (35,1)	105 (44,7)	
27-35	113 (32,4)	51 (44,7)	62 (26,4)	
Cor da pele				0,002
Branco	237 (67,9)	64 (56,1)	173 (73,6)	
Não-branco	112 (32,1)	50 (43,9)	62 (26,4)	
Escolaridade (anos)				0,522
Até 8	32 (9,2)	9 (7,9)	23 (9,8)	
9-11	21 (6,0)	9 (7,9)	12 (5,1)	
≥12	296 (84,8)	96 (84,2)	200 (85,1)	
Região do país				0,129
Sul	233 (66,8)	74 (64,9)	159 (67,7)	
Sudeste	72 (20,6)	19 (16,7)	53 (22,6)	
Centro-oeste	12 (3,4)	6 (5,3)	6 (2,6)	
Nordeste	24 (6,9)	10 (8,8)	14 (6,0)	
Norte	8 (2,3)	5 (4,4)	3 (1,3)	
Situação de trabalho				0,046
Empregado	227 (65,0)	83 (72,8)	144 (61,3)	
Desempregado	122 (35,0)	31 (27,2)	91 (38,7)	
Área de trabalho				0,021
Área da saúde	69 (30,4)	17 (20,5)	52 (36,1)	
Outros	158 (69,6)	66 (79,5)	92 (63,9)	
Situação conjugal				<0,001
Solteiro	254 (72,8)	65 (57,0)	189 (80,4)	
Casado/união estável	81 (23,2)	38 (33,3)	43 (18,3)	
Divorciado	12 (3,4)	10 (8,8)	2 (0,9)	
Viúvo	2 (0,6)	1 (0,9)	1 (0,4)	

* Teste do χ^2

Fonte: Autores (2021).

As frequências das respostas das perguntas estão demonstradas na tabela 2. O maior motivo para automedicação foi prevenção de COVID-19 (36,8% n=42), resfriado ou gripe (28,9% n=33) e sintomas de COVID-19 (16,7% n=19). Os

medicamentos mais consumidos foram o paracetamol (55,3% n=63), vitamina D (31,6% n=36), ivermectina (30,7% n=35), dipirona e/ou suas associações (30,7% n=35), e a vitamina C (26,3% n=30).

As razões para automedicação mais relatadas foram já ter o medicamento em casa (65,8% n=75), sintomas leves ou não relevantes o suficiente para uma consulta médica (35,1% n=40), uso anterior do medicamento (24,6% n=28) e medo de contaminação nas salas de espera ou consulta médica (21,1% n=24) (Tabela 2).

A tabela 2 também demonstra o modo de obtenção dos medicamentos, sendo que a grande parte foi comprada em farmácia (80,7% n=92), outras opções eram recebidas de um amigo ou familiar (28,1% n=32) e recebido por amostras grátis (14,9% n=17). Nenhum participante relatou obter os medicamentos através do Programa Farmácia Popular do Brasil ou Sistema Único de Saúde (Tabela 2).

Os sintomas que mais levaram os indivíduos à automedicação foram a dor de cabeça (62,5% n=45), febre (45,8% n=33), dor muscular (45,8% n=33), dor de garganta (38,9% n=28) e congestão nasal (30,6% n=22). Dentre os participantes que se automedicaram para alívio de algum sintoma, 97,2% (n=70) relataram o alívio após o uso (Tabela 2).

Tabela 2 – Variáveis relacionadas à automedicação em adultos jovens no Brasil durante a pandemia.

Variáveis	Frequência n (%)
Motivos para a automedicação	
Prevenção de COVID-19	42 (36,8)
Resfriado ou gripe	33 (28,9)
Sintomas de COVID-19	19 (16,7)
Tratamento para diagnóstico positivo de COVID-19	10 (8,8)
Outros sintomas	10 (8,8)
Medicamentos	
Paracetamol	63 (55,3)
Vitamina D	36 (31,6)
Ivermectina	35 (30,7)
Dipirona e/ou suas associações	35 (30,7)
Vitamina C	30 (26,3)
Ibuprofeno	28 (24,6)
Azitromicina	15 (13,2)
Zinco	10 (8,8)
Hidroxicloroquina	5 (4,4)
Nitazoxanida	2 (1,8)
Outros	8 (7,0)
Razões para a automedicação	
Ter o medicamento em casa	75 (65,8)
Sintomas não relevantes o suficiente para consulta médica	40 (35,1)
Uso anterior do medicamento	28 (24,6)
Medo de contaminação em salas de espera ou consulta médica	24 (21,1)
Falta de tempo para consulta médica	8 (7,0)
Falta de dinheiro para consulta médica	8 (7,0)
Difícil acesso ao serviço de saúde	6 (5,3)

Modo de obtenção

Comprados em farmácia	92 (80,7)
Recebido por amigo ou familiar	32 (28,1)
Recebido por amostras grátis	17 (14,9)
Programa Farmácia Popular do Brasil	0 (0)
SUS (Sistema Único de Saúde)	0 (0)

Sintomas que levaram à automedicação

Dor de cabeça	45 (62,5)
Febre	33 (45,8)
Dor muscular	33 (45,8)
Dor de garganta	28 (38,9)
Congestão nasal	22 (30,6)
Fadiga	13 (18,1)
Tosse	12 (16,7)
Espirro	12 (16,7)
Falta de ar	3 (4,2)

Alívio dos sintomas

Sim	70 (97,2)
Não	2 (2,8)

Fonte: Autores (2021).

4. Discussão

Este estudo foi realizado durante a pandemia para mensurar a prevalência da automedicação para COVID-19 e fatores associados entre os adultos jovens. Comparando a prevalência de 32,7% de automedicação encontrada no presente estudo com estudos brasileiros antes da pandemia, observa-se que esta foi maior que outros estudos que avaliaram a automedicação em todo Brasil e nos residentes do Distrito Federal, os quais encontraram prevalência de 14,9% a 18,3% (Arrais et al., 2016; Domingues et al., 2017; Pons et al., 2017;). Porém, é menor do que em populações específicas, como de estudantes de enfermagem, portadores de dor crônica, residentes de Crato (cidade do Ceará) e usuários da atenção primária de Minas Gerais, em que a prevalência varia de 48,2% a 78,4% (Barros et al., 2019; Gama & Secoli, 2017; Gonçalves Júnior et al., 2018; Moreira et al., 2020).

Entre os estudos brasileiros que avaliaram a automedicação após o início da pandemia, Souza et al. (2021) encontrou uma prevalência de 30,8%, semelhante à deste estudo. Por outro lado, Pitta et al. (2021) identificou que 20,2% se automedicou para prevenção de COVID-19 e 8,9% para o combate da doença. Já a porcentagem de 52,2% entre os acadêmicos da área da saúde foi maior (Andrade et al., 2021).

Entre artigos internacionais que relacionaram a automedicação com a COVID-19, o presente estudo apresentou frequência semelhante ao Togo e Peru, que encontraram 34,2% e 33,4%, respectivamente (Sadio et al., 2021; Quispe-Cañari et al., 2021). Entretanto, menor que jordanianos, profissionais de saúde do Quênia, paquistaneses e nigerianos (de 41,0% a 80,4%), e maior que a Índia, com 24,2% (Elayah et al., 2021; Onchonga et al., 2020; Rafiq et al., 2021; Wegbom et al., 2021; Chopra et al., 2021).

Neste artigo, entre os praticantes de automedicação, a maioria era do sexo feminino, fato que vai ao encontro dos estudos que avaliaram a automedicação tanto antes, quanto durante a pandemia (Arrais et al., 2016; Domingues et al., 2017;

Onchonga et al., 2020; Pons et al., 2017; Sadio et al., 2021; Elayeh et al., 2021; Chopra et al., 2021; Wegbom et al., 2021; Pitta et al., 2021). Mulheres tendem a sofrer mais sintomas agudos como as dores de cabeça, dores musculares e cólicas, que necessitam de um alívio rápido, o que pode motivar a automedicação (Athanasopoulos et al., 2013). Além disso, Brooks e Saad (2020) relatam que mulheres expressam maiores preocupações que os homens com relação à COVID-19.

As pessoas que trabalham na área da saúde eram a minoria entre os praticantes de automedicação, apesar de esse fator estar relacionado à maior prática de automedicação em outros estudos (Elayeh et al., 2021; Sadio et al., 2021; Andrade et al., 2021). O maior motivo relatado pelos participantes do estudo para a automedicação com os medicamentos questionados foi a prevenção para COVID-19 (36,8%), uma prática não comprovada cientificamente (Malik et al., 2020). A circunstância atual é suscetível à propagação de dados falsos e “crenças conspiratórias”. Consequentemente, o problema da automedicação foi agravado pela pandemia, devido à disseminação da desinformação aliada à urgência de uma cura milagrosa pela população. É um dever da comunidade científica e dos profissionais de saúde esclarecer dúvidas do público e informações falsas, porque muitos as considerarão verídicas, podendo causar danos à própria saúde (Tejada & Medina-Neira, 2020). No momento de realização do estudo, havia medicamentos aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para controle do agravamento da COVID-19 (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2022), porém, seu uso era em ambiente hospitalar e o foco deste estudo eram medicamentos mais acessíveis no cotidiano. O medicamento Evusheld® (cilgavimabe + tixagevimabe) foi aprovado para uso emergencial em fevereiro de 2022 como profilaxia pré-exposição, porém a Anvisa destaca que este não substitui a vacinação para indivíduos em que a vacinação contra a Covid-19 seja recomendada (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2022).

Salienta-se que, a automedicação pode resultar em agravo da crise de saúde, especialmente durante a pandemia, em que temos o sistema de saúde sobrecarregado. A limitação de anúncios de fármacos, intervenções de órgãos reguladores e suporte benéfico de autoridades nacionais podem atenuar eventuais efeitos nocivos da automedicação (Mallhi et al., 2020). Neste contexto, um estudo sobre os dados da farmacovigilância francesa encontrou que a proporção de reações adversas a medicamentos relacionadas à automedicação foi o dobro no período de 15 de março a 31 de maio de 2020 ao comparar com o período equivalente em 2019, relatando o potencial dano dos efeitos colaterais (Gras et al., 2021). Pesquisas sobre o padrão de uso de medicamentos e suas utilizações indevidas tornam possíveis a elaboração de ações públicas e a execução de intervenções instrutivas visando o uso racional de medicamentos (Melo et al., 2006).

Em relação aos medicamentos utilizados, o paracetamol teve maior porcentagem (55,3%), dado coincidente com os adultos do Peru na pandemia (Quispe-cañari et al., 2021) e residentes do Distrito Federal (Domingues et al., 2017). As vitaminas C e D, bem como a ivermectina também tiveram um número expressivo, assemelhando-se com estudos nacionais e internacionais (Sadio et al., 2021; Elayeh et al., 2021; Wegbom et al., 2021; Pitta et al., 2021; Souza et al., 2021; Andrade et al., 2021). O paracetamol é um analgésico e antipirético considerado Medicamento Isento de Prescrição, ou seja, é aprovado para comercialização sem necessidade de prescrição médica ou odontológica (Brasil, 2021). Seu efeito colateral mais conhecido é a hepatotoxicidade, especialmente em caso de superdose, que pode ser atingido pelo uso indevido (Ishitsuka et al., 2020). Outros medicamentos com uso significativo pelos participantes do estudo também têm efeitos adversos significantes, como a hipercalcemia causada por hipervitaminose D, vômitos, confusão e tremores pela ivermectina (Chauhan & Thakur, 2021), além do aumento de risco de cálculos renais por ingestão de vitamina C em excesso (Ferraro et al., 2016).

Atualmente muitos estudos clínicos sobre tratamento da COVID-19 têm sido conduzidos, porém, a divulgação de resultados precoces pode levar a uma interpretação equivocada sobre a eficácia de alguns medicamentos. Portanto, a promoção de tratamentos sem comprovação científica pode levar os indivíduos à automedicação e, possivelmente, à ingestão de uma dose tóxica. A cloroquina e hidroxicloroquina, por exemplo, têm uma estreita janela terapêutica, podendo causar toxicidade mais facilmente em crianças que tomarem uma dose adulta além de poder causar, em overdose, hipotensão e arritmias,

principalmente se combinado com a azitromicina (Mallhi et al., 2020; Wong Anselm, 2020). O uso desregulado desse antibiótico também tem a possibilidade de contribuir com a resistência microbiana (Malik et al., 2020).

A hidroxicloroquina teve uma alta de 113% nas vendas 2020 em relação a 2019 (Conselho Federal de Farmácia, 2021). Em julho de 2020, com a RDC nº 405/20, a hidroxicloroquina passou a estar sujeita a prescrição por profissional legalmente habilitado com retenção da 1ª via pela farmácia no ato da dispensação (Brasil, 2020). Neste estudo, cinco pessoas relataram o uso da hidroxicloroquina e quinze de azitromicina. Estes números podem parecer baixos, mas considerando que estes medicamentos necessitam de receita médica (Brasil, 2010; Brasil, 2020), qualquer número acima de zero deve ser considerado impróprio. Os números das vendas variam em grande quantidade conforme a rigidez ou flexibilização da norma estabelecida pela Anvisa (Conselho Federal de Farmácia, 2021), destacando a responsabilidade da vigilância sanitária no controle de vendas.

A maior razão para a automedicação relatada pela amostra foi ter o medicamento em casa, juntamente com sintomas não relevantes o suficiente para uma consulta médica e uso anterior do medicamento, que também são bem destacados na literatura brasileira (Pons et al., 2017; Moreira et al., 2020; Gama & Secoli, 2017; Pitta et al., 2021).

Em meio à sociedade, a automedicação é uma atividade comum para o cuidado da saúde, por ser considerada mais barata e rápida ao comparar com uma consulta médica. Porém, pode ser praticada de forma errônea, não levando em consideração possíveis efeitos colaterais, tolerância, dependência medicamentosa e a resistência bacteriana (Malik et al., 2020).

A grande maioria dos respondentes que se automedicaram compraram os medicamentos em farmácias (80,7%). Artigos brasileiros e internacionais que questionam o modo de obtenção dos medicamentos observam que a farmácia comercial tem a maior porcentagem, variando 53,4% até 91,2% (Onchonga et al., 2020; Domingues et al., 2017; Gama & Secoli, 2017; Wegbom et al., 2021; Souza et al., 2021). Isso provavelmente se deve ao fato de que as farmácias comerciais existem em grande número no Brasil e são acessíveis à população (Oliveira et al., 2017).

O sintoma que levou à automedicação mais relatado foi a dor de cabeça (62,5%), coincidentemente com outros estudos sobre automedicação que coletaram informações sobre os sintomas (Onchonga et al., 2020; Quispe-cañari et al., 2021; Gonçalves Júnior et al., 2018; Gama & Secoli, 2017; Chopra et al., 2021). Os adultos jovens são, comumente, economicamente ativos, o que possivelmente justifica a ocorrência de maior uso de medicamentos em sintomas agudos, devido à demanda de uma solução rápida dos incômodos. Ao contrário de pessoas mais velhas, que muitas vezes possuem doenças crônicas, então optam pela prescrição médica (Pons et al., 2017).

No presente estudo, 97,2% das pessoas que se medicaram com fins de aliviar algum sintoma relataram um alívio depois. Quispe-Cañari et al. (2021) relata que mais de 90% de sua amostra percebeu alívio de pelo menos um sintoma, todavia, destaca que pode ser devido ao efeito placebo ou uso combinado com outras medicações fora das opções do estudo e que os resultados não devem ser interpretados como uma recomendação de automedicação para curar sintomas.

Entre as limitações do estudo, devido ter sido avaliado todo período da pandemia, pode haver um viés de memória, como também um viés de seleção devido a captação da amostra ser não probabilística, através de divulgação nas redes sociais. Como vantagens deste estudo, está o número amostral, superior a muitos artigos disponíveis na literatura. Além disso, trata-se de um estudo que atingiu participantes de diferentes regiões do país.

5. Conclusão

A prática da automedicação durante a pandemia é um tema que ainda está sendo investigado, então, esta pesquisa é benéfica ao fornecer dados estatísticos sobre a automedicação entre adultos jovens brasileiros durante a pandemia da COVID-19. Dessa forma, este estudo contribuirá e baseará futuras condutas de educação em saúde e uso racional de medicamentos.

Este estudo mediu a automedicação para COVID-19 entre adultos jovens brasileiros, encontrando um número

significativo. A população praticante de automedicação era majoritariamente do sexo feminino, cor de pele branca, empregada e solteira. A maioria dos medicamentos utilizados foram medicamentos de venda livre, porém isso não sugere uma ausência de risco em seu uso, porque uma alta porcentagem de automedicação pode aumentar a chance de reações adversas aos medicamentos e, no caso de antibióticos, contribuir com a resistência bacteriana. O maior motivo relatado foi o uso do medicamento como uma estratégia de prevenção à COVID-19, apesar de tal prática não ter comprovação científica. Consequentemente, é imprescindível controlar a automedicação, abrangendo profissionais de saúde e criações de políticas, e podendo melhorá-la instruindo o público as ações nocivas do uso irracional de medicamentos. Para complementar a ilustração do cenário da automedicação no Brasil, mais estudos em diferentes populações são pertinentes.

Referências

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2022). *Medicamentos aprovados para tratamento da Covid-19*. Governo do Brasil. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/medicamentos>
- Andrade, E. A., Moreno, V. G., & Lopes-Ortiz, M. A. (2021). Perfil de uso de medicamentos e automedicação, em uma população universitária, frente a pandemia da Covid-19. *Brazilian Journal of Development*, 7(7), 73772-73784. 10.34117/bjdv7n7-516
- Athanasopoulos, C., Pitychoutis, P. M., Messari, I., Lionis, C., & Papadopoulou-Daifoti, Z. (2013). Is drug utilization in Greece sex dependent? A population based study. *Basic & clinical pharmacology & toxicology*, 112(1), 55–62. 10.1111/j.1742-7843.2012.00920.x.
- Arrais, P. S. D., Fernandes, M. E. P., Pizzol, T. S. D., Ramos, L. R., Mengue, S. S., Luiza, V. L., Tavares, N. U. L., Farias, M. R., Oliveira, M. A., & Bertoldi, A. D. (2016). Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, 50(2), 1s-13s. 10.1590/S1518-8787.2016050006117
- Barros, G. A. M., Calonego, M. A. M., Mendes, R. F., Castro, R. A., Faria, J. F., Trivellato, S. A., Cavalcante, R. S., Fukushima, F. B., & Dias, A. (2019). Uso de analgésicos e o risco da automedicação em amostra de população urbana: estudo transversal. *Rev Bras Anesthesiol*, 69(6), 529-536. doi:10.1016/j.bjan.2019.09.005
- Brasil. (2010, October 26). RESOLUÇÃO-RDC Nº 44, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010. Retrieved October 29, 2021, from https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0044_26_10_2010.html
- Brasil. (2020, July 22). RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 405, DE 22 DE JULHO DE 2020. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-405-de-22-de-julho-de-2020-268192342>
- Brasil. (2021, March 17). INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 86, DE 12 DE Março DE 2021. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-in-n-86-de-12-de-marco-de-2021-309013946>
- Brooks, D. J., & Saad, L. (2020). Double Whammy: Why the Underrepresentation of Women among Workplace and Political Decision Makers Matters in Pandemic Times. *Politics & Gender*, 1-13. 10.1017/S1743923X20000628
- Chauhan, V., & Thakur, S. (2021). State of the Globe: The Frenzy of Self-Medication, Cocktail Regimens and Everchanging Guidelines on SARS-CoV-2. *Journal of global infectious diseases*, 13(2), 65–66. 10.4103/jgid.jgid_114_21
- Chopra, D., Bhandari, B., Sidhu, J. K., Jakhar, K., Jamil, F., & Gupta, R. (2021). Prevalence of self-reported anxiety and self-medication among upper and middle socioeconomic strata amidst COVID-19 pandemic. *Journal of education and health promotion*, 10, 73. 10.4103/jehp.jehp_864_20
- Conselho Federal de Farmácia. (2021). *Venda de remédios sem eficácia comprovada contra a Covid dispara*. Retrieved May 14, 2022, from <https://www.cff.org.br/noticia.php?id=6197&titulo=Venda+de+rem%C3%A9dios+sem+efic%C3%A1cia+comprovada+contra+a+Covid+dispara>
- Domingues, P. H. F., Galvão, T. F., Andrade, K. R. C., Araújo, P. C., Silva, M. T., & Pereira, M. G. (2017). Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. *Epidemiol. Serv. Saude*, 26(2), 319-330. 10.5123/S1679-49742017000200009
- Elayeh, E., Akour, A., & Haddadin, R. N. (2021). Prevalence and predictors of self-medication drugs to prevent or treat COVID-19: Experience from a Middle Eastern country. *International journal of clinical practice*, e14860. Advance online publication. doi:10.1111/ijcp.14860
- Ferraro, P. M., Curhan, G. C., Gambaro, G., & Taylor, E. N. (2016). Total, Dietary, and Supplemental Vitamin C Intake and Risk of Incident Kidney Stones. *American journal of kidney diseases : the official journal of the National Kidney Foundation*, 67(3), 400–407. doi:10.1053/j.ajkd.2015.09.005
- Gama, A. S. M., & Secoli, S. R. (2017). Automedicação em estudantes de enfermagem do Estado do Amazonas – Brasil. *Rev Gaúcha Enferm*, 38(1), 1-7. 10.1590/1983-1447.2017.01.65111
- Golçalves Júnior, J., Moura, S. E. S., Dantas, G. C. L., Lima, A. M., Brito, W. S. B., Siebra, B. O. B., Sales, J. P., & Cândido, E. L. (2018). Influência da Publicidade na automedicação na população de um município brasileiro de médio porte. *J. Health Biol Sci*, 6(2), 152-155. 10.12662/2317-3076jhbs.v6i2.1447.p152-155.2018
- Gras, M., Gras-Champel, V., Moragny, J., Delaunay, P., Laugier, D., Masmoudi, K., & Liabeuf, S. (2021). Impact of the COVID-19 outbreak on the reporting Of adverse drug reactions associated with self-medication. *Annales pharmaceutiques francaises*, 79(5), 522–529. 10.1016/j.pharma.2021.02.003
- Ishitsuka, Y., Kondo, Y., & Kadowaki, D. (2020). Toxicological Property of Acetaminophen: The Dark Side of a Safe Antipyretic/Analgesic Drug?.

Biological & pharmaceutical bulletin, 43(2), 195–206. doi:10.1248/bpb.b19-00722

Malik, M., Tahir, M. J., Jabbar, R., Ahmed, A., & Hussain, R. (2020). Self-medication during Covid-19 pandemic: challenges and opportunities. *Drugs & Therapy perspectives : for rational drug selection and use*, 1–3. Advance online publication. doi:10.1007/s40267-020-00785-z

Mallhi, T. H., Khan, Y. H., Alotaibi, N. H., Alzarea, A. I., Alanazi, A. S., Qasim, S., Iqbal, M. S., & Tanveer, N. (2020). Drug repurposing for COVID-19: a potential threat of self-medication and controlling measures. *Postgraduate medical journal*, postgradmedj-2020-138447. Advance online publication. doi:10.1136/postgradmedj-2020-138447.

Melo, D. O. d., Ribeiro, E., & Storpirtis, S. (2006). A importância e a história dos estudos de utilização de medicamentos. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, 42(4), 475-485.

Moreira, T. A., Alvares-Teodoro, J., Barbosa, M. M., Guerra Júnior, A. A., & Acúrcio, F. A. (2020). Uso de medicamentos por adultos na atenção primária: Inquérito em serviços de saúde de Minas Gerais, Brasil. *Rev Bras Epidemiol*, 23, 200025. 10.1590/1980-549720200025

Oliveira, N. V. B. V., Szabo, I., Bastos, L. L., & Paiva, S. P. (2017). Atuação profissional dos farmacêuticos no Brasil: perfil sociodemográfico e dinâmica de trabalho em farmácias e drogarias privadas. *Saúde Soc. São Paulo*, 3(4), 1105-1121. 10.1590/S0104-12902017000002

Onchonga D. (2020). A Google Trends study on the interest in self-medication during the 2019 novel coronavirus (COVID-19) disease pandemic. *Saudi pharmaceutical journal : SPJ : the official publication of the Saudi Pharmaceutical Society*, 28(7), 903–904. 10.1016/j.jsps.2020.06.007

Onchonga, D., Omwoyo, J., & Nyamamba, D. (2020). Assessing the prevalence of self-medication among healthcare workers before and during the 2019 SARS-CoV-2 (COVID-19) pandemic in Kenya. *Saudi pharmaceutical journal : SPJ : the official publication of the Saudi Pharmaceutical Society*, 28(10), 1149–1154. 10.1016/j.jsps.2020.08.003

Parulekar, M., Mekoth, N., Ramesh, C. M., & Parulekar, A. (2016). Self-medication in Developing Countries a Systematic Review. *Journal of Pharmaceutical Technology, Research and Management*, 4(2), 103-127. 10.15415/jptrm.2016.42007

Pitta, M. G. d. R., Lima, L. P., Carvalho, J. S., Teixeira, D. R. C., Nunes, T. R. S., Moura, J. A. S., Viana, D. C. F., & Pitta, I. R. (2021). Análise do perfil de automedicação em tempos de COVID-19 no Brasil. *Research, Society and Development*, 10(11), e28101119296. doi:10.33448/rsd-v10i11.19296

Pons, E., Knauth, D. R., Vigo, Á., PNAUM Research Group, & Mengue, S. S. (2017). Predisposing factors to the practice of self-medication in Brazil: Results from the National Survey on Access, Use and Promotion of Rational Use of Medicines (PNAUM). *PloS one*, 12(12), e0189098. 10.1371/journal.pone.0189098

Quispe-Cañari, J. F., Fidel-Rosales, E., Manrique, D., Mascaró-Zan, J., Huamán-Castillón, K. M., Chamorro-Espinoza, S. E., Garayar-Peceros, H., Ponce

López, V.L., Sifuentes-Rosales, J., Alvarez-Risco, A., Yáñez, J. A., & Mejía, C. R. (2021). Self-medication practices during the COVID-19 pandemic among the adult population in Peru: A cross-sectional survey. *Saudi pharmaceutical journal : SPJ : the official publication of the Saudi Pharmaceutical Society*, 29(1), 1–11. 10.1016/j.jsps.2020.12.001

Rafiq, K., Nesar, S., Anser, H., Leghari, Q., Hassan, A., Rizvi, A., Raza, A., & Saify, Z. (2021). Self-Medication in the COVID-19 Pandemic: Survival of the Fittest. *Disaster Medicine and Public Health Preparedness*, 1-5. 10.1017/dmp.2021.173

Sadio, A. J., Gbeasor-Komlanvi, F. A., Konu, R. Y., Bakoubayi, A. W., Tchankoni, M. K., Bitty-Anderson, A. M., Gomez, I. M., Denadou, C. P., Anani, J., Kouanfack, H. R., Kpeto, I. K., Salou, M., & Ekouevi, D. K. (2021). Assessment of self-medication practices in the context of the COVID-19 outbreak in Togo. *BMC public health*, 21(1), 58. 10.1186/s12889-020-10145-1

Souza, M. N. C., Ricardino, I. E. F., Sampaio, K., Silva, M. R., Lima, A. P. G., Fernandes, D. L., Sampaio, A. C., Feitosa, A. C., Brito, A. B., Guedes, T. O., & Mota, M. L. (2021). Ocorrência de Automedicação na população Brasileira como estratégia preventiva ao SARS-CoV-2. *Research, Society and Development*, 10(1), e44510111933. 10.33448/rsd-v10i1.11933

Tejada, S. F., & Medina-Neira, D. (2020). La automedicación promovida por medios de comunicación, un peligro con consecuencias en tiempos de crisis de salud pública por la COVID-19. *Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud*, 31(3), e1632. http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2307-21132020000300006&lng=es&nrm=iso

Wegbom, A. I., Edet, C. K., Raimi, O., Fagbamigbe, A. F., & Kiri, V. A. (2021). Self-Medication Practices and Associated Factors in the Prevention and/or Treatment of COVID-19 Virus: A Population-Based Survey in Nigeria. *Frontiers in public health*, 9, 606801. 10.3389/fpubh.2021.606801

Werneck, G. L., & Carvalho, M. S. (2020). A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Cad. Saúde Pública*, 36(5), e00068820. 10.1590/0102-311X00068820

Wong, A. (2020). COVID-19 and toxicity from potential treatments: Panacea or poison. *Emergency Medicine Australasia*, 34(2), 697-699. 10.1111/1742-6723.13537

World Health Organization [WHO]. (2020, March 11). *WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020*. <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>.

World Health Organization [WHO]. (2021, June 24). *MANAGING COVID-19 AT HOME: What medicines to take (and not take)*. from https://cdn.who.int/media/docs/default-source/searo/whe/coronavirus19/page-revamp/medicine-for-public_final-3-june_v3.pdf